



PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo nº.847/2023 - Edital nº 3389/2023 de Inexigibilidade de chamamento público, que apresentou como finalidade repasse à organização da sociedade civil, para realização de parceria por Termo de Fomento, com a finalidade de: apoio financeiro a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso (CNPJ nº. 87.085.460/0001-48), através serviços de alta complexidade – pessoa idosa, decorrente do objeto emendado: emenda parlamentar de Bancada nº 60/2022 - SIGLA PP, valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) realizou-se as seguintes análises do Plano de Trabalho:

1 Do mérito da proposta:

A proposta apresentada pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso – ASCAI apresenta mérito por estar de acordo com o objeto emendado, sendo o mesmo a aquisição de equipamentos utilizados no atendimento dos usuários.

2 Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:

Existe reciprocidade na proposta, tenda em vista que a entidade atende idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sendo que não há no município entidades públicas para a realização do serviço de acolhimento e cuidado à pessoa idosa, devendo a entidade prestar o serviço da melhor forma possível, trazendo conforto e bem-estar aos acolhidos.

3 Da viabilidade da sua execução:

Considera-se que o Plano de Trabalho apresentado possui viabilidade, tendo em vista que para o melhor atendimento dos idosos se faz necessária a aquisição de equipamentos que proporcionem maior conforto e também de uso diário de usuários e funcionários.

No entanto, a entidade deverá apresentar a documentação faltante, de acordo com ata da Comissão de Seleção da Secretaria de Município de Assistência Social, bem como os orçamentos assinados e carimbados pela empresa fornecedora.

4 Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho:

O desembolso do recurso será realizado em 2 (duas) parcelas, que deverão ser pagas de acordo com a conveniência da administração.

[Handwritten signature]



5 Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos:

A Administração Pública deverá disponibilizar através da Secretaria de Município da Assistência Social os meios para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e cumprimentos de metas e objetivos.

6 Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas:

A entidade deverá apresentar na fase de prestação de contas como requisitos mínimos comprobatórios as notas fiscais dos equipamentos adquiridos com o recurso.

7 Da designação do gestor da parceria:

O gestor da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela administração pública, será autorizado pelo senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

8 Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2023 e nos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no manual de prestação de contas e Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

() favorável (X) favorável com ressalva, () desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 12 de maio de 2023.

Camila N. Luz
Camila Nachtigall Luz

Assistente Social

Parecerista Técnico

Portaria nº. 25.248 de 14/03/2023



PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo nº.847/2023 - Edital nº 3389/2023 de Inexigibilidade de chamamento público, que apresentou como finalidade repasse à organização da sociedade civil, para realização de parceria por Termo de Fomento, com a finalidade de: apoio financeiro a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso (CNPJ nº. 87.085.460/0001-48), através serviços de alta complexidade – pessoa idosa, decorrente do objeto emendado: emenda parlamentar de Bancada nº 52/2022 - SIGLA PP, valor R\$ 7.000,00 (sete mil reais) realizou-se as seguintes análises do Plano de Trabalho:

1 Do mérito da proposta:

A proposta apresentada pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso – ASCAI apresenta mérito por estar de acordo com o objeto emendado.

2 Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:

Existe reciprocidade na proposta, tenda em vista que a entidade atende idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sendo que não há no município entidades públicas para a realização do serviço de acolhimento e cuidado à pessoa idosa.

3 Da viabilidade da sua execução:

Considera-se que o Plano de Trabalho apresentado demonstra-se viável, tendo em vista que se faz necessária a manutenção do prédio para que bem acolha os idosos que necessitam do serviço. No entanto, a entidade deverá retificar o item 9 do Plano de Trabalho, pois o mesmo se apresenta de forma diversa da proposta e do item 3.1 do referido plano. Também deve apresentar a documentação faltante, de acordo com ata da Comissão de Seleção da Secretaria de Município de Assistência Social.

4 Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho:

O desembolso do recurso será realizado em 2 (duas) parcelas, que deverão ser pagas de acordo com a conveniência da administração.

5 Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos:



377
cld

A Administração Pública deverá disponibilizar através da Secretaria de Município da Assistência Social os meios para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e cumprimentos de metas e objetivos.

6 Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas:

Após análise, deverão ser apresentados na fase de prestação de contas como requisitos mínimos comprobatórios os comprovantes de pagamentos de contas de água e/ou luz pagas com o recurso, bem como os comprovantes fiscais dos materiais adquiridos para a manutenção do prédio.

7 Da designação do gestor da parceria:

O gestor da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela administração pública, será autorizado pelo senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

8 Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2023 e nos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no manual de prestação de contas e Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

() favorável (X) favorável com ressalva, () desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 12 de maio de 2023.

Camila N. Luz
Camila Nachtigall Luz

Assistente Social

Parecerista Técnico

Portaria nº. 25.248 de 14/03/2023



PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo nº.847/2023 - Edital nº 3389/2023 de Inexigibilidade de chamamento público, que apresentou como finalidade repasse à organização da sociedade civil, para realização de parceria por Termo de Fomento, com a finalidade de: apoio financeiro a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso (CNPJ nº. 87.085.460/0001-48), através serviços de alta complexidade – pessoa idosa, decorrente do objeto emendado: emenda parlamentar de Bancada nº 25/2022 - SIGLA PL, valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) realizou-se as seguintes análises do Plano de Trabalho:

1 Do mérito da proposta:

Após análise, constatou-se que a proposta apresentada pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso – ASCAI apresenta mérito por estar de acordo com o objeto emendado, sendo o recurso para uso de acordo com as necessidades da entidade.

2 Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:

Existe reciprocidade na proposta, tenda em vista que a entidade atende idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sendo que não há no município entidades públicas para a realização do serviço de acolhimento e cuidado à pessoa idosa.

3 Da viabilidade da sua execução:

Considera-se que o Plano de Trabalho apresentado demonstra-se viável, tendo em vista que se faz necessária a manutenção do prédio para que bem acolha os idosos que necessitam do serviço, bem como a aquisição de materiais utilizados nas atividades. No entanto, a entidade deverá apresentar a documentação faltante, de acordo com ata da Comissão de Seleção da Secretaria de Município de Assistência Social.

4 Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho:

O desembolso do recurso será realizado em parcela única, que deverá ser pagas de acordo com a conveniência da administração.

5 Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos:

ad



A Administração Pública deverá disponibilizar através da Secretaria de Município da Assistência Social os meios para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e cumprimentos de metas e objetivos.

6 Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas:

A entidade deverá apresentar, na fase de prestação de contas, como requisitos mínimos comprobatórios os comprovantes fiscais dos equipamentos e materiais adquiridos através do recurso.

7 Da designação do gestor da parceria:

O gestor da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela administração pública, será autorizado pelo senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

8 Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2023 e nos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no manual de prestação de contas e Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

() favorável (X) favorável com ressalva, () desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 15 de maio de 2023.

Camila N. Luz
Camila Nachtigall Luz

Assistente Social

Parecerista Técnico

Portaria nº. 25.248 de 14/03/2023



180
[assinatura]

PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo nº.847/2023 - Edital nº 3389/2023 de Inexigibilidade de chamamento público, que apresentou como finalidade repasse à organização da sociedade civil, para realização de parceria por Termo de Fomento, com a finalidade de: apoio financeiro a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso (CNPJ nº. 87.085.460/0001-48), através serviços de alta complexidade – pessoa idosa, decorrente do objeto emendado: emenda parlamentar de Bancada nº 67/2022 -SIGLA MDB, valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) realizou-se as seguintes análises do Plano de Trabalho:

1 Do mérito da proposta:

Após análise, constatou-se que a proposta apresentada pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso – ASCAI apresenta mérito por estar de acordo com o objeto emendado, sendo o recurso destinado ao uso de acordo com a necessidade da entidade.

2 Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:

Existe reciprocidade na proposta, tenda em vista que a entidade atende idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sendo que não há no município entidades públicas para a realização do serviço de acolhimento e cuidado à pessoa idosa. A Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso realiza o trabalho de acolhimento de idosos desde 1989, sendo de extrema importância para o município.

3 Da viabilidade da sua execução:

Considera-se que o Plano de Trabalho apresentado demonstra-se viável, tendo em vista que a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso possui diversos profissionais que atuam no acolhimento e cuidado dos idosos que lá residem, sendo de extrema importância mantê-los atuando, garantindo o décimo terceiro salário de cada trabalhador. No entanto, a entidade deverá apresentar a documentação faltante, de acordo com ata da Comissão de Seleção da Secretaria de Município de Assistência Social.

4 Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho:

O desembolso do recurso será realizado em parcela única, que deverá ser pagas de acordo com a conveniência da administração.

[assinatura]



181
ll

5 Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos:

A Administração Pública deverá disponibilizar através da Secretaria de Município da Assistência Social os meios para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e cumprimentos de metas e objetivos.

6 Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas:

A entidade deverá apresentar, na fase de prestação de contas, como requisitos mínimos comprobatórios relatórios contábeis dos respectivos pagamentos.

7 Da designação do gestor da parceria:

O gestor da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela administração pública, será autorizado pelo senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

8 Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2023 e nos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no manual de prestação de contas e Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

() favorável (X) favorável com ressalva, () desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 15 de maio de 2023.

Camila N. Luz
Camila Nachtigall Luz

Assistente Social

Parecerista Técnico

Portaria nº. 25.248 de 14/03/2023



PARECER TÉCNICO

Com base na análise do Processo Administrativo nº.847/2023 - Edital nº 3389/2023 de Inexigibilidade de chamamento público, que apresentou como finalidade repasse à organização da sociedade civil, para realização de parceria por Termo de Fomento, com a finalidade de: apoio financeiro a Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso (CNPJ nº. 87.085.460/0001-48), através serviços de alta complexidade – pessoa idosa, decorrente do objeto emendado: emenda parlamentar de Bancada nº 83/2022 - SIGLA MDB, valor R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) realizou-se as seguintes análises do Plano de Trabalho:

1 Do mérito da proposta:

Após análise, constatou-se que a proposta apresentada pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso – ASCAI apresenta mérito por estar de acordo com o objeto emendado, sendo o recurso destinado a aquisição de materiais alimentícios, de higiene e limpeza.

2 Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação:

Existe reciprocidade na proposta, tenda em vista que a entidade atende idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, sendo que não há no município entidades públicas para a realização do serviço de acolhimento e cuidado à pessoa idosa.

3 Da viabilidade da sua execução:

Considera-se que o Plano de Trabalho apresentado demonstra-se viável, tendo em vista que se faz necessária a aquisição de alimentos e produtos adequados a faixa etária atendida pela Associação Caçapavana de Amparo ao Idoso, o que será possível através do recurso.

No entanto, a entidade deverá apresentar a documentação faltante, de acordo com ata da Comissão de Seleção da Secretaria de Município de Assistência Social.

4 Do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho:

O desembolso do recurso será realizado em duas parcelas, que deverão ser pagas de acordo com a conveniência da administração.

5 Dos meios disponíveis para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e de cumprimento das metas e objetivos:

[Handwritten signature]



183
ll

A Administração Pública deverá disponibilizar através da Secretaria de Município da Assistência Social os meios para fiscalização da parceria e procedimentos para avaliação físico-financeira e cumprimentos de metas e objetivos.

6 Da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas:

A entidade deverá apresentar, na fase de prestação de contas, como requisitos mínimos comprobatórios os comprovantes fiscais dos materiais de higiene, alimentação e limpeza adquiridos através do recurso.

7 Da designação do gestor da parceria:

O gestor da parceria designado, por intermédio de portaria expedida pela administração pública, será autorizado pelo senhor Prefeito, conforme regulamentado no Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

8 Da designação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação:

A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser composta por servidores indicados em portaria pelo administrador para acompanhamento dos processos pactuados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2023 e nos relatórios de avaliação das contas a serem prestadas pela OSC, conforme previsto no manual de prestação de contas e Decreto Executivo Municipal nº 3807/2017.

Com base no relatório nas análises técnicas realizadas emite-se parecer:

() favorável (X) favorável com ressalva, () desfavorável, a realização do Termo de Parceria.

É o parecer técnico prévio a realização do Termo de Parceria.

Caçapava do Sul, 15 de maio de 2023.

Camila N. Luz
Camila Nachtigall Luz

Assistente Social

Parecerista Técnico

Portaria nº. 25.248 de 14/03/2023